

CORRELAÇÃO DE FORÇAS

ASSUNTOS DO PAÍS

31 de agosto a 4 de setembro de 2026



INTRODUÇÃO

Câmara e Senado fazem a última semana de esforço concentrado antes do primeiro turno das eleições. Na pauta, a MP do fim da taxa das blusinhas e as PECs da escala 6x1 e da Segurança Pública; na economia, destaque para o crescimento do país. Candidatos seguem nas ruas em campanha.

PESQUISA PRESIDENCIAL

A pesquisa BTG Pactual/Nexus divulgada nesta segunda-feira (31) aponta Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na liderança da disputa presidencial, com 39% das intenções de voto no cenário estimulado, seguido por Flávio Bolsonaro (PL), com 33%. A principal mudança ocorreu na terceira posição: Augusto Cury (Avante) passou de 2% para 11% em uma semana. Na rodada anterior, Lula tinha 41% e Flávio, 37%. Ronaldo Caiado (PSD) manteve 5%, Renan Santos (Missão), 3%, e Romeu Zema (Novo) recuou de 3% para 1%. Em eventual segundo turno entre Lula e Flávio, o resultado permanece em empate técnico, com 46% a 45%, respectivamente.

Cury registra 22% entre os eleitores de 16 a 24 anos e 17% entre os entrevistados com ensino superior. Segundo os cruzamentos do levantamento, alcança 13% entre quem declarou voto em Jair Bolsonaro em 2022 e 7% entre os que disseram ter votado em Lula, além de chegar a 19% entre os eleitores classificados como não polarizados. A pesquisa ouviu 2.005 eleitores por telefone entre 28 e 30 de agosto, tem margem de erro de dois pontos percentuais, nível de confiança de 95% e registro no TSE sob o número BR-08900/2026.

DARK HORSE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal a acessar provas reunidas pela Polícia Civil de São Paulo na investigação que alcança o Instituto Conhecer Brasil (ICB) e a Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse, filme sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro. A decisão, tomada em 21 de agosto, permite o compartilhamento de documentos e dados apreendidos em operação que apura possíveis irregularidades em um contrato de R\$ 108 milhões firmado pelo ICB com a Prefeitura de São Paulo. No STF, Dino relata a investigação sobre a suspeita de que emendas parlamentares destinadas à entidade possam ter beneficiado a produção do longa.

O caso tramita paralelamente a outro inquérito, sob relatoria do ministro André Mendonça, que investiga os recursos repassados pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro

ao projeto. Mensagens e áudios revelados em maio indicam negociação de até R\$ 134 milhões, dos quais R\$ 61 milhões teriam sido efetivamente pagos. O senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que confirmou ter buscado patrocínio privado para o filme, recuou da promessa de apresentar pessoalmente uma prestação de contas pública e afirmou que a responsabilidade pelos dados é da produtora. Até 30 de agosto, os documentos completos sobre financiadores, pagamentos e despesas não haviam sido divulgados publicamente.

TSE: RENAN SANTOS

O ministro Dias Toffoli, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), retirou de pauta o julgamento do registro da candidatura de Renan Santos (Missão) à Presidência, previsto para começar nesta segunda-feira (31) no plenário virtual da Corte. Toffoli apontou “indícios de ilícitudes” relacionados às redes sociais informadas pela chapa. O pedido de registro de Renan e do candidato a vice, Aroldo Medina, foi apresentado em 7 de agosto, mas outros 18 perfis foram comunicados à Justiça Eleitoral apenas em 19 de agosto. Pelas regras eleitorais, endereços eletrônicos preexistentes não declarados inicialmente só podem ser usados em campanha 48 horas após a comunicação ao TSE.

A retirada de pauta permite ao TSE analisar se a inclusão posterior dos perfis gerou descumprimento das normas sobre propaganda eleitoral na internet, inclusive das regras que limitam a recomendação algorítmica de conteúdos de candidatos. Não há nova data para o julgamento. Renan afirmou que não houve irregularidade, atribuiu o episódio a um problema técnico já corrigido e disse que continuará na disputa; antes do despacho de Toffoli, a Procuradoria-Geral Eleitoral havia se manifestado favoravelmente ao deferimento do registro da candidatura.

TCU: BRUNO DANTAS

O ministro Bruno Dantas comunicou ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, que decidiu deixar antecipadamente a Corte e deve formalizar a renúncia nesta segunda-feira (31). Dantas integra o TCU desde 2014, por indicação do Senado, e presidiu o tribunal entre 2022 e 2024; pelas regras atuais, poderia permanecer no cargo até completar 75 anos, em 2053. A saída abre uma vaga cuja indicação cabe ao Senado, e o ministro avalia seguir para a iniciativa privada.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pretende indicar o senador e ex-presidente da Casa Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para a vaga e trabalhar para votar a escolha ainda nesta semana, durante o esforço concentrado do Congresso. A movimentação depende da formalização da renúncia de Dantas e de quórum para a votação. Pacheco, que não disputa cargo eletivo em 2026, havia anunciado que deixaria a vida pública ao fim do mandato no Senado.

PF X MENDONÇA

O governo articula uma reunião presencial entre o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, para tentar reduzir os atritos entre o gabinete do magistrado e a cúpula da corporação. O encontro, ainda sem data divulgada, deve ser mediado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, após orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que Andrei procurasse Mendonça. O presidente do STF, Edson

Fachin, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, também atuam na tentativa de distensionar a relação.

O impasse envolve investigações sob relatoria de Mendonça relacionadas às fraudes nos descontos do INSS, a Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, ao Banco Master e ao financiamento do filme Dark Horse. A PF questiona determinações como a entrega imediata de dados brutos das apurações ao gabinete do relator e cobranças sobre mudanças nas equipes, medidas que a corporação considera interferência em sua autonomia; Mendonça, por sua vez, tem reclamado do ritmo das investigações e de alterações na estrutura responsável pelos casos. A PF chegou a pedir que a Advocacia-Geral da União avaliasse uma reação judicial, mas a AGU tem priorizado uma saída negociada para o conflito.

AGENDA ECONÔMICA

A agenda econômica da semana de 31 de agosto a 4 de setembro tem como principal destaque no Brasil a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, nesta terça-feira (1º). A expectativa de mercado é de crescimento próximo de 0,4% na comparação com os três primeiros meses do ano, quando a economia avançou 1,1%. Nesta segunda-feira (31), o Banco Central divulga o Boletim Focus e as estatísticas fiscais de julho, enquanto Brasil e Estados Unidos retomam, às 14h30, as negociações sobre as tarifas aplicadas pelo governo de Donald Trump às exportações brasileiras.

Na quarta-feira (2), o IBGE apresenta a produção industrial de julho, e, na sexta (4), o Ministério do Desenvolvimento divulga a balança comercial de agosto. No exterior, as atenções se concentram no mercado de trabalho dos Estados Unidos, com o relatório ADP na quarta, pedidos de seguro-desemprego na quinta e o payroll de agosto na sexta-feira, às 9h30, além dos indicadores PMI e ISM ao longo da semana. Na zona do euro, inflação e desemprego serão divulgados nesta terça-feira.

DADOS DO IPCA-15

O IPCA-15, considerado a prévia da inflação oficial, recuou 0,40% em agosto, após alta de 0,06% em julho, segundo o IBGE. Foi a primeira deflação registrada pelo indicador em um ano e o menor resultado mensal desde agosto de 2022. No acumulado de 2026, o índice soma alta de 3,09% e, em 12 meses, desacelerou de 4,52% para 4,24%. O principal impacto veio de Habitação, que caiu 1,41%, puxada pela redução de 6,25% na energia elétrica residencial após a aplicação do Bônus de Itaipu nas contas de luz.

Transportes recuou 1% no mês, com queda de 13,30% nas passagens aéreas e de 1,43% nos combustíveis; gasolina, etanol e diesel ficaram mais baratos. Alimentação e bebidas teve redução de 0,57%, influenciada principalmente pela alimentação no domicílio, que caiu 0,97%. Entre os produtos com maiores recuos apareceram tomate (-27,38%), batata-inglesa (-25,14%), cenoura (-17,05%) e café moído (-2,31%).

DADOS DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 10,8 bilhões em julho, revertendo o déficit de R\$ 59,1 bilhões observado no mesmo mês de 2025, segundo o Tesouro Nacional. Foi o melhor resultado para julho desde 2022. O saldo foi sustentado

pelo superávit de R\$ 33,3 bilhões do Tesouro, enquanto a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 22,2 bilhões e o Banco Central, resultado negativo de R\$ 302 milhões. Em 12 meses, porém, as contas acumulam déficit de R\$ 71,6 bilhões, equivalente a 0,55% do PIB.

A receita líquida chegou a R\$ 226,3 bilhões em julho, alta real de 7,7% em relação ao mesmo mês do ano passado, enquanto as despesas recuaram 20,7%, para R\$ 215,5 bilhões. A redução dos gastos foi influenciada pelo menor pagamento de precatórios, após antecipações realizadas no primeiro semestre. Os investimentos somaram R\$ 6,7 bilhões no mês, queda real de 29,9% na comparação anual, mas acumulam R\$ 56,5 bilhões entre janeiro e julho, avanço de 42,7%. No ano, o Governo Central registra déficit primário de R\$ 81,3 bilhões

DESPESAS FEDERAIS

Despesas do governo federal que somam cerca de R\$ 1,57 trilhão crescem, em 2026, acima do limite máximo de 2,5% além da inflação previsto no arcabouço fiscal, segundo levantamento do Estadão. O montante representa 68% dos aproximadamente R\$ 2,3 trilhões submetidos à regra e inclui benefícios previdenciários, salários de servidores civis e militares, BPC, abono salarial e o piso da atenção primária à saúde. O limite vale para o conjunto das despesas, e não para cada gasto isoladamente, o que obriga outras rubricas a crescer menos para que o teto seja respeitado. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, discute reduzir para 1,5% o limite de crescimento real das despesas em um eventual novo mandato de Lula, além de criar mecanismos para conter gastos obrigatórios.

Em outra frente, o número de famílias unipessoais no Bolsa Família subiu de 3,5 milhões em janeiro para 3,9 milhões em julho, acréscimo de 344 mil em 2026, segundo dados obtidos pela Folha de S.Paulo. O total ainda está abaixo do pico de 5,9 milhões registrado em janeiro de 2023 e corresponde a 19,9% das famílias atendidas pelo programa, acima da referência de 16% adotada para intensificar revisões cadastrais. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social afirma que a alta pode decorrer das oscilações de entrada e saída do programa e de mudanças demográficas e diz não ter identificado sinais de nova divisão artificial de famílias ou de uso eleitoral do cadastro.

DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública Federal (DPF) encerrou julho em cerca de R\$ 9,29 trilhões, alta nominal de 0,22% em relação aos R\$ 9,27 trilhões de junho, segundo o Tesouro Nacional. No mês, foram emitidos R\$ 198,15 bilhões em títulos e resgatados R\$ 263,29 bilhões, resultando em resgate líquido de R\$ 65,14 bilhões. Mesmo com o volume de resgates superior ao de emissões, a incorporação de R\$ 85,53 bilhões em juros elevou o estoque da dívida.

O valor de julho permanece abaixo da faixa de R\$ 9,7 trilhões a R\$ 10,3 trilhões estabelecida no Plano Anual de Financiamento (PAF) para o estoque da dívida ao fim de 2026 — portanto, a faixa não constitui um limite mensal. O Tesouro manteve essa projeção na revisão do PAF divulgada em agosto, mas elevou para entre 49% e 53% a participação esperada dos títulos vinculados à taxa Selic no encerramento do ano, diante do cenário de juros elevados e maior volatilidade nos mercados.

EMPRESAS ESTATAIS

O governo federal recebeu R\$ 10,4 bilhões em dividendos de empresas estatais no primeiro semestre de 2026, equivalentes a 18,7% dos R\$ 55,5 bilhões previstos para o ano. O valor representa queda real de 58% em relação ao mesmo período de 2025 e deixa a União com a necessidade de arrecadar cerca de R\$ 40 bilhões no segundo semestre para alcançar a projeção. Entre as principais fontes de dividendos estão Petrobras, BNDES e Caixa Econômica Federal.

A Petrobras, principal pagadora entre as estatais, registrou lucro líquido de R\$ 52,4 bilhões no segundo trimestre e aprovou R\$ 17,4 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio, mas sinalizou que não prevê distribuição extraordinária, ao priorizar investimentos e redução da dívida. O BNDES, por sua vez, aprovou R\$ 6,8 bilhões em dividendos e juros sobre capital próprio complementares relativos ao resultado de 2025, montante que pode ajudar a reforçar as receitas da União ao longo do ano.

INVESTIMENTO NO PAÍS

De acordo com o BC, os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingressos líquidos de US\$ 7,5 bilhões em julho de 2026, queda de 10,7% em relação aos US\$ 8,4 bilhões do mesmo mês do ano passado. Do total, US\$ 7,2 bilhões corresponderam à participação no capital, sendo US\$ 4,5 bilhões em lucros reinvestidos e US\$ 2,7 bilhões em outros aportes, enquanto as operações intercompanhia somaram US\$ 300 milhões. No acumulado de 12 meses até julho, o investimento direto alcançou US\$ 88,4 bilhões, equivalente a 3,5% do PIB. Em junho, o volume acumulado era de US\$ 89,3 bilhões, ou 3,58% do PIB, enquanto em julho de 2025 somava US\$ 68,3 bilhões, equivalentes a 3,16% do PIB, indicando avanço expressivo na comparação anual apesar da redução observada no mês.

TARIFAS AMERICANAS

Brasil e Estados Unidos retomam nesta segunda-feira (31) as negociações sobre as tarifas impostas pelo governo de Donald Trump a produtos brasileiros. A reunião será virtual e terá o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, e o representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, além de participação do Itamaraty. O encontro foi acertado após o telefonema de 21 de agosto entre Luiz Inácio Lula da Silva e Trump, quando o presidente brasileiro voltou a contestar as justificativas para as sobretaxas. Washington aplica uma tarifa adicional de 25% a determinados produtos do Brasil, além de outra cobrança de 12,5% relacionada a uma medida que alcança outras economias. O governo brasileiro pretende ampliar a lista de exceções, mas não espera uma redução imediata das alíquotas.

A retomada ocorre em meio a novas tensões comerciais dos Estados Unidos com outros parceiros: o Canadá anunciou tarifas de 15%, 25% e 50% sobre cerca de US\$ 20 bilhões em produtos americanos, com entrada em vigor prevista para 8 de setembro, em resposta às medidas adotadas por Washington. Paralelamente, Daniel Perez, indicado por Trump para chefiar a Embaixada dos EUA em Brasília, afirmou que não pretende se envolver na eleição presidencial brasileira de outubro e que trabalhará com quem vencer o pleito. Perez já foi aprovado pelo Senado americano, mas ainda aguarda o agrément do governo brasileiro para assumir o posto.

BRASKEM

A Justiça de São Paulo autorizou, na sexta-feira (28), o processamento da recuperação extrajudicial da Braskem, protocolada em 24 de agosto na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da capital paulista. A petroquímica buscou reestruturar cerca de US\$ 10,9 bilhões em dívidas financeiras, equivalentes a aproximadamente R\$ 56 bilhões. O pedido foi apresentado com adesão de credores que representam 39,6% dos créditos sujeitos ao processo, e a companhia terá 90 dias, contados do protocolo, para comprovar o quórum necessário à homologação do plano.

A decisão judicial também confirmou a suspensão, por 120 dias — já considerados os 60 dias de proteção concedidos anteriormente —, de execuções e medidas de cobrança relacionadas aos créditos abrangidos pela recuperação. O processo ocorre após a Braskem Idesa, joint venture da companhia no México, pedir proteção do Chapter 11 nos Estados Unidos em agosto, com um acordo para reduzir sua dívida sênior de cerca de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 1,6 bilhão; a Braskem prevê aportar US\$ 476 milhões na subsidiária e manter o controle da operação.

CESTA BÁSICA

O preço médio nacional da cesta de 12 produtos básicos acompanhada pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) caiu 0,27% em julho na comparação com junho, passando de R\$ 357,39 para R\$ 356,43. Apesar do recuo mensal, o conjunto acumula alta de 4,71% entre janeiro e julho. Seis dos 12 itens ficaram mais baratos no mês, com destaque para açúcar refinado (-3,41%), café torrado e moído (-2,45%), feijão (-2,17%) e óleo de soja (-1,56%). Arroz (-0,43%) e margarina cremosa (-0,16%) também apresentaram queda.

Entre os produtos que subiram, o leite longa vida teve a maior variação, de 2,47%, seguido por farinha de mandioca (0,54%), massa de sêmola tipo espaguete (0,51%) e queijo muçarela (0,40%). Regionalmente, o Norte registrou a maior queda da cesta em julho, de 2,05%, para um valor médio de R\$ 440, enquanto o Sul teve a maior alta, de 0,44%, para R\$ 381,53. O Nordeste permaneceu com o menor custo médio entre as regiões, de R\$ 317,67.

BILIONÁRIOS

O Brasil tem 255 bilionários em 2026, com patrimônio combinado estimado em R\$ 1,86 trilhão, segundo a lista anual da Forbes Brasil. O valor equivale a 14,6% do PIB brasileiro de 2025, de R\$ 12,739 trilhões. O levantamento considera principalmente participações em empresas de capital aberto, calculadas com base nas cotações de 30 de junho, e pode não incluir ativos como imóveis, obras de arte, aviões e embarcações.

Eduardo Saverin, cofundador do Facebook, permanece no topo do ranking, com fortuna estimada em R\$ 162,9 bilhões, seguido por Vicky Safra e família, com R\$ 130,6 bilhões, e Jorge Paulo Lemann e família, com R\$ 103,5 bilhões. Entre os integrantes da lista, 146 aumentaram o patrimônio em relação ao levantamento anterior, 77 tiveram redução, 27 ficaram estáveis e cinco aparecem pela primeira vez na relação de bilionários.

CONSUMO NOS LARES

O consumo nos lares brasileiros cresceu 3,28% em julho na comparação com o mesmo mês de 2025 e avançou 3,01% em relação a junho, segundo levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). No acumulado de janeiro a julho, a alta real foi de 2,67%, praticamente estável em relação aos 2,66% registrados no mesmo período do ano passado. O indicador considera as vendas de todos os formatos de supermercados e é deflacionado pelo IPCA.

Segundo a ABRAS, o desempenho de julho foi favorecido pela menor pressão dos preços dos alimentos, pelo mercado de trabalho e pela entrada de recursos na economia. O grupo Alimentação e Bebidas do IPCA recuou 0,67% no mês, enquanto a alimentação no domicílio caiu 1,14%. A taxa de desemprego ficou em 5,3% no trimestre encerrado em julho, e o rendimento médio real habitual do trabalho chegou a R\$ 3.762.

DADOS DA DESOCUPAÇÃO

A taxa de desocupação no Brasil caiu para 5,3% no trimestre encerrado em julho, o menor nível para o período desde o início da série histórica da Pnad Contínua, em 2012, segundo o IBGE. O índice ficou abaixo dos 5,4% registrados no trimestre móvel terminado em junho e recuou 0,5 ponto percentual frente ao trimestre comparável encerrado em abril, quando estava em 5,8%. Na comparação anual, a taxa caiu de 5,6% para 5,3%. O número de desempregados recuou 8% no trimestre, para 5,8 milhões de pessoas.

A população ocupada atingiu o recorde de 103,3 milhões de trabalhadores, alta de 1% frente ao trimestre encerrado em abril. O número de empregados do setor privado com carteira assinada, excluídos os domésticos, também alcançou máxima histórica, de 39,4 milhões. Ao mesmo tempo, a taxa de informalidade subiu de 37,2% para 37,5% da população ocupada, equivalente a 38,8 milhões de pessoas. O rendimento médio real ficou em R\$ 3.762, considerado estatisticamente estável no trimestre e 3,3% maior do que há um ano.

DADOS DO CAGED

O Brasil criou 58.568 empregos formais em julho, resultado de 2,26 milhões de admissões e 2,20 milhões de desligamentos, segundo o Novo Caged, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Com o resultado, o país acumula 972.203 novas vagas com carteira assinada entre janeiro e julho de 2026 e chegou a 48,08 milhões de vínculos formais. Nos 12 meses encerrados em julho, o saldo foi positivo em 880.717 postos.

Quatro dos cinco principais setores tiveram geração líquida de empregos no mês: Serviços liderou, com 24.098 vagas, seguido por Construção, com 12.691, Agropecuária, com 12.523, e Indústria, com 11.315. O Comércio foi o único com saldo negativo, de 2.056 postos. Entre os estados, São Paulo teve o maior saldo absoluto, com 17.814 vagas, seguido por Mato Grosso, com 5.766, e Minas Gerais, com 5.199. O salário médio real de admissão ficou em R\$ 2.419,23, alta de 0,6% em relação a junho.

RENDA MÉDIA

A renda média real do trabalho no Brasil deu sinais de acomodação após atingir R\$ 3.795 no trimestre encerrado em março de 2026, maior nível da série recente. O rendimento recuou para R\$ 3.738 no trimestre até junho e, no dado mais atualizado da PNAD Contínua, divulgado pelo IBGE em 27 de agosto, ficou em R\$ 3.762 no período de maio a julho. O valor foi considerado estatisticamente estável na comparação com o trimestre encerrado em abril, com variação de -0,7%, mas avançou 3,3% em relação ao mesmo período de 2025.

Na comparação com o fim de 2022, quando o rendimento médio real estava em cerca de R\$ 3.310, a alta acumulada chega a aproximadamente 13,7% durante o terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O avanço da renda ocorre em um mercado de trabalho ainda aquecido: a taxa de desemprego ficou em 5,3% no trimestre encerrado em julho, enquanto a população ocupada alcançou o recorde de 103,3 milhões de pessoas e a massa de rendimentos chegou ao maior valor da série, de R\$ 383,5 bilhões.

CÂMARA: AGENDA DA SEMANA

A Câmara dos Deputados inicia nesta segunda-feira (31), às 18h, uma semana de esforço concentrado com votações previstas até quinta-feira (3). Entre as prioridades estão a MP 1.357/2026, que extingue o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, e a MP 1.366/2026, que cria uma linha de financiamento para entregadores, motociclistas e ciclistas vinculados a plataformas digitais adquirirem motos, motonetas, ciclomotores e bicicletas elétricas. A pauta inclui ainda o projeto que institui o Plano Nacional de Cultura para o período de 2025 a 2035 e a proposta do Executivo que regulamenta a negociação coletiva no setor público e a representação sindical de servidores e empregados públicos.

Os deputados também poderão analisar o projeto que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, além da MP 1.360/2026, que altera regras para a atividade de mototaxistas. Outro item previsto é o projeto que cria varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, responsável pelo Rio de Janeiro. A ordem das votações poderá ser alterada conforme acordos entre os líderes partidários e a conclusão da tramitação das medidas provisórias nas comissões mistas do Congresso.

SENADO: AGENDA DA SEMANA

O Senado inicia nesta segunda-feira (31) uma semana de esforço concentrado, com votações concentradas entre terça (1º) e quarta-feira (2). Às 16h desta segunda, a comissão mista da MP 1.357/2026, que zerou o Imposto de Importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, deve analisar o relatório da senadora Leila Barros (PDT-DF); a medida perde a validade em 8 de setembro. Na terça, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 10h para analisar, entre outros itens, o projeto que cria um regime especial de contribuição previdenciária para municípios e um requerimento sobre a implementação da reforma tributária. Às 11h, a Comissão de Segurança Pública pode votar a autorização de porte de arma para mulheres sob medida protetiva.

Também na terça, às 14h30, comissões mistas devem analisar MPs sobre a redução da fila do INSS e a regulamentação de motofrete e mototáxi. No plenário, cuja sessão está marcada para as 14h, estão na pauta o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata) e as medidas provisórias que tiverem concluído a tramitação na Câmara, incluindo as MPs das “blusinhas”, do Move Brasil e da fila do INSS. Na quarta, o plenário, também às 14h, deve analisar o marco dos minerais críticos e o Estatuto do Aprendiz, enquanto há expectativa de avanço, na Comissão de Constituição e Justiça, das PECs do fim da escala 6x1 e da Segurança Pública.

CONGRESSO: PROJETOS PRIORITÁRIOS

O presidente Lula e os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), acertaram uma pauta prioritária para o esforço concentrado do Congresso entre 31 de agosto e 3 de setembro. O principal item é a MP 1.357/2026, que zerou o Imposto de Importação federal sobre compras internacionais de até US\$ 50 e perde a validade em 8 de setembro se não for aprovada. A comissão mista da medida foi instalada na sexta-feira (28), com o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) na presidência e a senadora Leila Barros (PDT-DF) na relatoria. Leila deve apresentar seu parecer nesta segunda-feira (31), quando o colegiado tem reunião marcada para as 16h, antes da análise pelos plenários da Câmara e do Senado.

O acordo também inclui o avanço das PECs do fim da escala 6x1 e da Segurança Pública, além dos projetos sobre minerais críticos e incentivos a datacenters. O senador Omar Aziz (PSD-AM) já apresentou parecer favorável à PEC 221/2019, mantendo o texto aprovado pela Câmara, que reduz gradualmente a jornada máxima para 40 horas semanais e estabelece dois dias de repouso remunerado; a proposta está pronta para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A PEC da Segurança Pública, relatada por Rogério Carvalho (PT-SE), também está entre as prioridades da CCJ. Após a reunião que definiu a agenda, realizada em 26 de agosto no Palácio da Alvorada, Lula resumiu a aproximação com Motta e Alcolumbre ao dizer, durante uma foto: "Poderia dizer 'juntos para sempre'".

CONGRESSO: MOVE BRASIL

A comissão mista do Congresso que analisa a Medida Provisória 1.366/2026 aprovou, na sexta-feira (28), o relatório da deputada Amanda Gentil (PP-MA), que amplia linhas de crédito do programa Move Brasil para profissionais do transporte. O texto contempla motoristas de aplicativos, taxistas, cooperativas, entregadores e motociclistas profissionais e incluiu também trabalhadores do transporte escolar. Os recursos poderão financiar veículos novos, seguros, adaptações para pessoas com deficiência e equipamentos de segurança, além de investimentos na renovação da frota e na infraestrutura do transporte urbano.

Para motociclistas e entregadores vinculados a aplicativos, o financiamento poderá ser usado na compra de motocicletas, motonetas e ciclomotores flex de fabricação nacional, com até 160 cilindradas, além de motos e bicicletas elétricas elegíveis. O texto permite que BNDES, Banco do Brasil e Caixa habilitem outras instituições financeiras para operar os empréstimos e prevê garantias do FGO e do FGI. O projeto de lei de conversão aprovado pela comissão ainda precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado; a MP está prorrogada até 9 de outubro.



EFRAIM NETO

61 99311 5408
contato@veredasie.com.br

MTB 0011483/DF



VEJA NOSSOS DEBATES
E ASSINE NOSSO CANAL



CONHEÇA MAIS
SOBRE A VEREDAS